

TÚNEL DE CEUTA

***UMA HISTÓRIA DE INCOMPETÊNCIA
E DE FALTA DE RESPEITO PELO PORTO***



TÚNEL DE CEUTA

**UMA HISTÓRIA DE INCOMPETÊNCIA
E DE FALTA DE RESPEITO PELO PORTO**

1 – O denominado Túnel de Ceuta começou com o Executivo do Dr. Fernando Gomes, em 1996.

2 – A sua proposta inicial desenhava a saída em frente ao Instituto de Medicina Legal do lado direito do Jardim do Carregal e foi chumbada pelo IPPAR por estar muito próximo do jardim e do Hospital de Santo António; que, por ser Monumento Nacional, também deve ter a atenção do IPPAR, tal como o Museu Soares dos Reis que é edifício classificado.

3 – Em 1999, o Eng. Nuno Cardoso ignorou o IPPAR e fez a saída ainda mais perto do Hospital ou seja praticamente encostada ao edifício, junto à porta das consultas externas e muito próximo da urgência. Ao mesmo tempo escavou também a entrada em frente ao Hotel Infante de Sagres.

4 - Apesar disso, em 1999, o IPPAR e o Governo (PS) não embargaram a obra.

5 – No ano 2000, o mesmo Eng. Nuno Cardoso parou a obra por ausência de um projecto consistente face às dificuldades de escavação e face à falta de cobertura financeira. A CMP é, então, obrigada a pagar uma indemnização superior a 140.000 contos ao empreiteiro.

6 – **O actual Presidente da Câmara do Porto** que jamais teria decidido fazer este Túnel, **encontrou, assim, uma obra parada**. Sem financiamento! Sem projecto! Com a entrada e a saída do Túnel já escavadas! Com um chumbo do IPPAR! Com o Hospital a reclamar, muito justamente! E com uma rampa com 11% de inclinação (superior aos Clérigos) a terminar num cruzamento.

7 – O actual Presidente da CMP tinha, então, duas opções:

- Tapar os dois buracos e devolver o dinheiro já recebido à União Europeia, o que implicava um custo para a CMP de cerca de 5 milhões de euros.
- Concluir a obra com a boca de saída 30 metros à frente, logo a seguir ao cruzamento mesmo no início da Rua D. Manuel II e solicitar mais apoio à U.E.

8 – Optou pela segunda hipótese, porque por pouco mais dinheiro dos cofres autárquicos, o Túnel era feito e o Hospital respeitado.

9 – A nova solução foi, assim, apresentada ao IPPAR por causa do Hospital e do Museu. Solução que previa a saída do Túnel no meio da Rua D. Manuel II. A pedido do IPPAR, a saída foi deslocada para a direita no sentido de conseguir que os seus muretes ficassem o mais longe possível do Museu.

Objectivo que, assim, é conseguido pelo facto de passar a haver uma faixa de rodagem à esquerda da saída do Túnel, com o trânsito no mesmo sentido; o que permite que os muretes de segurança possam ser mais curtos do que com a saída no eixo da via, como a CMP inicialmente propunha.

10 – Assim, a proposta formalmente submetida a parecer do IPPAR, e que a CMP se propõe executar, prevê que o Túnel termine logo no início da rua D. Manuel II, a cerca de 80 metros do Museu, terminando o seu muro de protecção a 25 metros do mesmo edifício.

O passeio passa de 2 metros para 5 metros e poderá ficar sem estacionamento em frente, melhorando muito a visibilidade e o acesso a esse equipamento cultural.

Sem interferências do Ministério da Cultura esta obra teria ficado pronta no fim do mês de Maio de 2005 – exactamente 9 anos depois do PS ter começado a criar este problema à cidade.

11 – Ainda assim, em 13 de Janeiro de 2005, o IPPAR-Porto voltou a chumbar o projecto, indicando como solução a saída escavada no tempo do Eng. Nuno Cardoso, perto da urgência do Hospital ou, então, o prolongamento por toda a Rua D. Manuel II até à porta principal do Palácio de Cristal.

Ou seja: segundo a sua própria lógica, o IPPAR propôs uma solução ainda pior do que a que antes tinha chumbado!?!

12 – Em 17 de Janeiro de 2005 a CMP recorre para o IPPAR-Lisboa.

13 – O IPPAR-Lisboa demora quase dois meses a responder. Fáz-lo apenas a 7 de Março, depois das eleições legislativas de 20 de Fevereiro e 4 dias antes da tomada de posse do novo Governo.

14 – E percebendo a incoerência, o IPPAR-Lisboa aparece, então, com uma terceira hipótese, como resposta ao recurso da CMP.

15 – A nova proposta do IPPAR empurra a saída do Túnel para depois da Rua Adolfo Casais Monteiro, à porta da Reitoria da Universidade do Porto (um prolongamento adicional de mais cerca de 190 metros). Uma solução que:

- Custaria mais cerca de 4,5 milhões de euros;
- Obrigaria à redução de uma faixa de rodagem, porque a rua é muito mais estreita nesse sítio. Pelo que, ficariam apenas três faixas – o Túnel e mais uma para cada lado;
- Assim sendo, seria criado um gargalo no sentido “Rua Júlio Dinis–Baixa” junto ao Túnel, com forte agravamento do trânsito, particularmente para as ambulâncias que se dirigem ao Hospital que, dessa forma, perderiam o corredor BUS que hoje existe;
- O Túnel teria uma extensão de cerca de 250 metros em que apenas haveria uma só via – o que contraria todas as regras de segurança (não pensando na questão da claustrofobia);
- Os passeios teriam de ficar muito estreitos de ambos os lados;
- A obra e os seus incómodos demorariam mais 1 ano.

16 – Perante tantos contras e uma forte contestação, o Presidente do IPPAR, João Belo Rodeia, avança, durante um debate realizado no Museu Soares dos Reis, com uma quarta hipótese: a saída no meio da Rua D.Manuel II.

Ou seja: o IPPAR propõe, perante mais de cem pessoas, exactamente a solução que a Câmara tinha apresentado logo no início e que teve de alterar por imposição ... do mesmo IPPAR!?!

17 – Com a tomada de posse de novo Governo do PS, a Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, pede a paragem da obra e ameaça com o embargo. O Presidente da Câmara manda parar a obra na parte que respeita à Rua D. Manuel II em 23 de Março de 2005, justificando a decisão como uma manifestação de abertura a um diálogo despolitizado. Esta decisão acarreta um pesado custo diário para os cofres públicos.

18 - É, portanto, o PS que chegado de novo ao poder, volta a mandar parar uma obra que ele próprio tinha iniciado com parecer desfavorável do IPPAR e que, por sua responsabilidade, esteve parada 3 anos, apesar dos dois enormes buracos, por ele, mandados escavar.

19 – Por acordo entre a Ministra Isabel Pires de Lima e o Presidente da Câmara, realiza-se uma reunião de carácter técnico no escritório do projectista no Porto, em que o Presidente do IPPAR abandona a hipótese do eixo da via e aparece a defender uma nova ideia, desta feita com o prolongamento a acabar imediatamente antes da Rua Adolfo Casais Monteiro.

20 – Esta ideia foi, então, devidamente estudada pelo projectista e apresenta enormes problemas. Entre outros:

- A rampa de saída tinha de ter uma fortíssima inclinação de 13% (superior à rampa da Escola Normal que tem 12, 6%) e terminaria mesmo em cima de um cruzamento;
- Custaria mais cerca de 4.000.000 euros e demoraria mais onze meses.
- A saída e os muretes ficariam apenas a 6 metros de distância do Museu;
- O Túnel teria uma extensão de cerca de 220 metros em que apenas haveria uma só via – o que contraria todas as regras de segurança (não pensando na questão da claustrofobia);
- O Túnel funcionaria como um armazém de carros à espera de atravessar o cruzamento de Adolfo Casais Monteiro.

Deste estudo é dado imediato conhecimento ao IPPAR e à Ministra da Cultura.

21 – Perante a situação, o Presidente da Câmara propõe, então, à Ministra uma solução de consenso para imediata conclusão da obra, em 11 de Abril:

- A saída seria feita no início e sobre o lado direito da Rua D.Manuel II, a cerca de 80 metros do Museu (solução que todos os estudos já provaram como sendo **a solução otimizada**). Os muretes ficariam, assim, a, pelo menos, 25 metros de distância do Museu.

- **E a Câmara cumpriria todas as exigências que a Ministra quisesse impor em matéria de arranjos arquitectónicos em toda a superfície, nomeadamente na envolvente ao Museu.**

22 – A Ministra da Cultura dá uma entrevista ao Público e defende a saída junto à porta do Hospital de Santo António, dizendo que o IPPAR também já tinha dado, no ano 2000, um parecer positivo a essa solução. E presta, ainda, declarações ao JN, acusando o Presidente da Câmara de fazer sensacionalismo político.

23 – O candidato do PS à CMP, visita 2 dias depois as obras do Túnel e repete o discurso da Ministra. O mesmo discurso faz, no dia seguinte, o Presidente da Concelhia do PS/Porto.

24 – A Câmara pede, então, em 18 de Abril, ao IPPAR o tal parecer de que a Ministra fala e que a Câmara nunca viu, nem nenhum funcionário se lembra de ter ouvido falar. Apenas existe, com data anterior à tomada de posse do actual Executivo, o chumbo dado á solicitação do Dr. Fernando Gomes.

25 – Ainda em 18 de Abril, a Assembleia Municipal (com maioria de esquerda) aprova uma moção recomendando ao Executivo que faça o possível para concluir a obra rapidamente e segundo o projecto que a CMP defende e que está em execução.

26 – Em 22 de Abril, o IPPAR responde ao estudo da CMP sobre a proposta que ele tinha feito de prolongamento até ao cruzamento de Adolfo Casais Monteiro.

Ao contrário da Ministra que, no jornal, defendeu a saída junto ao Hospital, o IPPAR defende o prolongamento, apesar das muitas aberrações que a “solução” comporta e... **apesar da saída do Túnel e dos seus muretes ficarem apenas a 6 metros do Museu, contra os 80 metros e os 25 metros da solução proposta pela CMP** ... que o IPPAR e a Ministra persistem em chumbar!?!

27 – Ainda em Abril, a Directora do Museu Nacional Soares dos Reis queixa-se no JN (ilustrando com exemplos) de que o Ministério da Cultura não apoia devidamente o Museu e que, por isso, ele é o segundo menos visitado do País!?!

28 – Em 2 de Maio de 2005, **a Ministra da Cultura embarga a obra** à superfície.

29 – E a Câmara contesta a legalidade do embargo em Tribunal, explorando, também, essa via como forma de tentar resolver o problema.

30 – O anunciado candidato do PS à CMP faz novas declarações públicas, defendendo a Ministra da Cultura e a solução de fazer a saída do Túnel junto à porta do Hospital de Santo António.

31 – Em 3 de Maio, o Executivo da Câmara (de maioria de esquerda) delibera, por voto secreto, instruir a empresa municipal no sentido de concluir rapidamente a obra segundo o projecto que está a ser executado no terreno e que prevê a saída no início da Rua D. Manuel II.

32 – Em 9 de Maio, o Hospital alerta, em relatório pedido pelo próprio Governo, para os perigos que o embargo está a trazer para a segurança dessa unidade de saúde.

33 – Em 18 de Maio de 2005 o Tribunal decide não aceitar uma providência cautelar solicitada pela GOP em início de Abril, o que tem, como implicação directa, a necessidade de reformulação da contestação do embargo e o conseqüente protelamento no tempo da sua decisão em sede judicial.

34 – Porque a Ministra não responde à proposta concreta da Câmara. Porque o IPPAR se recusa a comprovar as afirmações públicas da Ministra e porque a perspectiva de decisão judicial relativa ao embargo se vai arrastar no tempo, **o Presidente da Câmara recorre para o Senhor Primeiro-Ministro, José Sócrates, em 19 de Maio de 2005.**

35 - Em cartas, entretanto, enviadas à CMP, muitas entidades vão reclamando a rápida conclusão do Túnel e alertam para os perigos motivados pela paragem a que a obra tem estado sujeita.

Entre outras, escreveram :

Hospital de Santo António, Sua Eminência Reverendíssima o Bispo do Porto, Batalhão de Sapadores Bombeiros, Associação de Comerciantes do Porto, Maternidade de Júlio Dinis, Instituto de Ciências Biomédicas, Bombeiros Voluntários Portuenses, Obra Diocesana, ANTRAL, ANJE, Bombeiros Voluntários do Porto, Ordem dos Médicos, Instituto de Medicina Legal, STCP, GNR, Ordem dos Enfermeiros, Ordem dos Engenheiros etc.

A que acrescem dois abaixo-assinados com largas centenas de assinaturas; um local e um outro através da Internet.

36 – No entanto, no dia 25 de Maio, **a Ministra da Cultura através do IPPAR** contesta as obras de segurança e **move um processo crime ao Presidente da Câmara**, à Administração da GOP e ao empreiteiro por estas estarem a ser levadas a cabo.

O Presidente da CMP anuncia que as obras terão de ser feitas, porque a segurança tem de ser garantida e informa, oficialmente, o Senhor Primeiro-Ministro.

37 – Finalmente, com data de 1 de Junho de 2005, o IPPAR envia à CMP fotocópia de uma troca de correspondência que tinha tido com a *Porto 2001* em Janeiro de 2000 a propósito da intervenção global que esta estava a fazer na Baixa. O documento não refere o Túnel de Ceuta em nenhuma circunstância, a não ser de forma indirecta, ao reprovar as saídas dos parques de estacionamento (bem mais estreitas que a saída do Túnel) pelo seu forte impacto numa malha viária estreita.

É com o envio desta fotocópia que o IPPAR considera, então, respondida a carta da CMP de 18 de Abril e... ...considera, assim, que, a saída do Túnel junto ao Hospital estaria tacitamente aprovada!?!

Importa relevar que quase todas as intervenções que o IPPAR chumbava nesse documento, vieram a ser feitas pela *Porto 2001*, sem que tivesse havido qualquer embargo – a começar pelas próprias saídas dos parques de estacionamento.

O Presidente da Câmara decide enviar fotocópia desta resposta ao Senhor Primeiro-ministro denunciando, mais uma vez, o absurdo, a falta de respeito pela cidade e o desperdício de dinheiros públicos que este embargo está a provocar.

38 – Chegando o mês de Junho :

a) A Ministra continua sem responder à proposta do Presidente da CMP feita em 11 de Abril.

b) As obras permanecem paradas, à excepção da parte indispensável à segurança.

c) Os dinheiros públicos continuam a ser desbaratados.

d) E aguarda-se com expectativa uma intervenção do Senhor Primeiro-ministro.

Porto, 6 de Junho de 2005